



ALBERTO FILIPE ARAÚJO
JOAQUIM MACHADO DE ARAÚJO
ROGÉRIO DE ALMEIDA

FACES DA UTOPIA

INFERNO OU PARAÍSO?

FEUSP

SUMÁRIO

Introdução	7
Joaquim Machado de Araújo	
O Simbolismo do “Mito do Paraíso” na <i>Utopia</i> de Tomás More	13
Alberto Filipe Araújo	
Faces da utopia - Esperança e responsabilidade de um mundo melhor	37
Joaquim Machado de Araújo	
Utopia e distopia no imaginário cinematográfico contemporâneo	53
Rogério de Almeida	

Introdução

Joaquim Machado de Araújo¹

Quando usada na oralidade ou na escrita, a palavra utopia suscita ressonâncias distintas no ouvinte ou leitor, nem sempre coincidentes com o sentido que lhe é atribuído por quem a pronuncia ou escreve: “com a utopia se encontram, de uma só vez, o fascínio e o medo, a razão e a imaginação, a esperança e o desejo, a inovação e a repetição, a liberdade e o constrangimento, o tempo e a história” (Carvalho, 2000, p. 145).

A disparidade das ressonâncias suscitadas só é possível porque a utopia se refere a uma realidade “polimórfica, policromática e polifónica” (Araújo, 2004, p. 67) cuja abordagem tende à fixação num dos quatro polos enunciados e colocados em antinomia por Paul Ricoeur (1991, p. 492): por um lado, a sua realizabilidade ou impossibilidade e, por outro, a sua sanidade (ainda que ficcional) ou insanidade (a patologia). Do lado patológico do fenómeno utópico encontramos o utopismo, em que a “magia do pensamento” torna possíveis todas as virtudes (Ruyer, 1988) e a elucubração utópica vem a ser mero álibi para o escape, a fuga, a evasão à realidade que não se deseja. Quando este lado patológico se associa à crença na realizabilidade, a utopia abre espaço a uma leitura delirante que exige a atualidade absoluta e, no seu quiliasmo, conduz à revolta ou, mesmo, à revolução. Por contraposição a este lado insano, a ancoragem no lado da impossibilidade de realização conduz a uma conceção da ação política como mera gestão do mundo social. Do lado sã do fenómeno utópico encontramos a concepção de um projeto imaginário de sociedade cuja ordem se opõe à ordem estabelecida no mundo em que o utopista vive mas com que ele não se conforma. Quando este lado sã se associa à crença na realizabilidade, não necessariamente de todas mas de algumas das suas metas, mesmo que não

1 Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Educação e Psicologia. E-mail: jmaraujo@porto.ucp.pt

agora, “abre espaço para uma conceção da política como projeto ético global, como perspectiva da prospectiva, como o olhar exterior de nenhures que não se compadece com a mera gestão do mundo social e o pretende transformar” (Araújo, 2004, p. 63).

Segundo Jean-Jacques Wunenburger (1995), a abordagem do fenómeno utópico através da contraposição antagónica dos seus polos insere-se numa morfologia binária do pensamento que serve ora para apagar as diferenças através de uma síntese superior que os tornaria correlatos epitéticos do Uno, ora à “diametralização absoluta, amplificadora da distância que separa já as suas determinações e que acaba por anular qualquer relação entre as duas unidades do par previamente distinguidas. Contudo, refere o mesmo autor, é possível dar corpo à expressividade da diferença que os polos representam sem os hipostasiar ou aprofundar os seus desvios, procedendo à sua reunificação para melhor possibilitar a sua compreensão, pelo lançamento de pontes, pelo estabelecimento de ligações.

No seu conjunto, os três textos que compõem este livro dão conta de um modo de tratamento contraditorial da complexidade do fenómeno utópico, embora focando-se em dimensões distintas. A partir dos estudos do imaginário, Alberto Filipe Araújo põe em evidência traços da ilha e da cidade utópicas imaginadas por Tomás More que fazem delas expressão do mito do paraíso, identificando nela a simbólica e estruturas do imaginário. Sendo o autor de Utopia um homem de leis, não deixa de ser curiosa esta incursão no mito, que estará na base de “uma singular e intelectualmente fecunda simbiose entre a racionalidade constitucional e a *forma mentis* ou o *modus operandi* míticos” que se podem encontrar nas “regiões matinais do constitucionalismo moderno”, onde “o mito porejava em praticamente cada linha das constituições escritas” (Cunha, 1996, p. 18-19).

O estudo de Joaquim Machado de Araújo realça como a *Utopia* de More incorpora uma racionalidade teológica e uma racionalidade mais civil, contrapõe à realidade distópica do mundo do seu autor a ordem utópica que ele pretende ser o *novo mundo* necessário para alterar o estado em que as coisas estão em diferentes domínios da ação humana do seu tempo, tornada bem visível na divisão que o autor colocou entre o Livro I e o Livro II da obra, apresentando uma organização que faria da ilha e da cidade utópica lugares onde se consubstancia a *bona vita*, a vida que vale a pena viver.

Na descrição de More, este lugar onde todos os humanos acederiam à felicidade, até então prerrogativa dos deuses ou dos heróis, faria dos seus habitantes partícipes da divindade (Boécio, 1977, p. 120). Esta eutopia seria, assim, uma incursão dos mortais em território sagrado, a sua recusa em aceitar os limites que separam o sagrado do profano seria ousadia a castigar e poderia redundar em castigo divino, em sofrimento e tristeza (Araújo, 2017, p. 94).

Na economia da narrativa de More, esta ousadia é iniciada por Utopos, o herói epónimo da obra, e nela não consta que o ato prometeico do “benfeitor” tenha sido “traçoeiro engano” para os utopianos e provocado a ira da divindade. Antes, pelo contrário. A cidade utópica, “situada na ligeira encosta de uma colina” (More, 1978, p. 74²), configura-se como quase quadrado porque a sua parte superior, começa bem perto do vértice daquela, é já antecipação do céu na terra e testemunha a ideia de liberdade e majestade do homem proclamada por Pico della Mirandola (1982, p. 52), ser criado por Deus com a potencialidade de, por decisão do seu ânimo, alcançar “as realidades superiores que são divinas”. Assim, a ilha merece o nome de Eutopia, porque “ela e os seus habitantes parecem impelidos por um bom espírito (*eudaimon*), buscam uma vida boa, uma vida de *eudaimonia*, ‘crescem’ na direção do que é divino, participam da natureza divina (2 Pe 1,4), a sua vida aproxima-se da vida própria de deuses, uma vida de felicidade” (Araújo, 2017, p. 95).

E, assim, num registo muito cristão a *Utopia* de More antecipa no plano da ficção a construção do que virá a ser “a fé moderna”, segundo a qual, “ao exercer plenamente a liberdade que lhes fora concedida por Deus (...), os seres humanos podiam elevar-se e ao seu mundo para mais perto do céu” (McMahon, 2009, p. 174).

O segundo capítulo deste livro realça algumas características da cidade utópica descrita por More como sendo discutíveis já para o próprio autor e que vieram a ser glosadas em muitas narrativas que, na modernidade, mostram a face negativa das utopias. As distopias desvelariam o impulso de alguém descrevendo *cacodaimonias*, obras de humanos influenciados por mau *daimon*, enfim, o demónio. E, neste aspeto, o cinema empresta maior colorido e ação à ação que se desenrola no texto literário.

2 As citações da *Utopia* de Tomás More utilizadas neste livro foram retiradas do texto original da edição integral de Bâle, novembro de 1518, que, com paginação própria, integra em fac-símile a edição crítica de André Prévost (1978, p. 308-645).

Assim, o terceiro capítulo deste livro, ancora a abordagem ao cinema nos seus fundamentos educativos (o cognitivo, o filosófico, o estético, o mítico, o existencial, o antropológico e o poético), analisa algumas narrativas ficcionais do cinema contemporâneo, dando conta de um imaginário em que a utopia se manifesta não como eutopia mas como distopia, e potencia o reencontro entre a ficção e a arqueologia virtual do presente que a torna possível como distopia na sociedade contemporânea e arriscam o futuro dos humanos que se estaria bestializando e não angelizando, tornando “besta” e não “animal celeste” e, desse modo, negaria a perspectiva de Pico della Mirandola, segundo a qual “aquele que foi posto sobre todas as coisas estará sobre todas as coisas” (1989, p. 53).

Curiosamente, este movimento *a contrario* da propalada “grandeza da natureza do homem”, essa “coisa inacreditável e maravilhosa” que faria dele “digno de toda a admiração” (1989, p. 49) e inspirou toda a modernidade, está presente nas denúncias do perigo de irrelevância a que será remetido o *homo Deus* para que tem evoluído o *homo sapiens* com a conjugação dos avanços nas áreas da tecnologia da informação e da biotecnologia, se, porventura, os *experts* não forem capazes de “usar a inteligência artificial para criar uma comunidade global que salvide a liberdade e a equidade humanas” ou se a solução estará em “reverter o processo de globalização e restituir autoridade ao Estado-nação” ou até “recuar ainda mais e ir buscar esperança e sabedoria às nascentes das tradições religiosas ancestrais” (Harari, 2018, p. 17).

Tal como há quinhentos anos em que emergia a globalização, a questão que subjaz ao género utópico, sob a forma literária, cinematográfica ou política é a de saber “como [deve o homem] viver numa era de perplexidade, quando as velhas histórias faliram e ainda não emergiu uma nova narrativa que as substitua” (Harari, 2018, p. 297) e, por isso, como a sociedade se deve organizar para garantir a felicidade e a liberdade.

Neste sentido, as distopias de hoje abrem a possibilidade de pensar o homem e problematizar a evolução (ou involução) do processo de humanização sem desistir do futuro, o que vale dizer, sem deixar de manter abertas as portas para a eutopia, porque ela volta quando é contrariada ou dada como impossível ou mesmo quando é anunciada como cumprida para abrir um vasto horizonte de esperança ao ser humano mergulhado no sofrimento ou na obscuridade: “A utopia não cessa de nos frequentar.

(...) Ela é a relação da imaginação histórica com esse algures que jamais foi posto em parte nenhuma e que nos deporta sempre para o novo” (Wunenburger, 1979, p. 133).

Neste sentido, a consideração das duas faces da utopia, a eutopia e a distopia, acolhe o “otimismo militante” que lhe imprime a esperança apoiada na *potencia existendi* de um mundo melhor (Bloch, 1976), doseia esse otimismo, por um lado, através da consciência de que esse mundo a vir jamais se encontra esgotado no mundo das possibilidades e, por outro, requerendo *uma ética para a civilização tecnológica*, uma ética pela qual o homem coloque voluntariamente limites ao seu poder quando ele arrisca o não ser das gerações vindouras, preservando assim a responsabilidade pela continuidade do homem num planeta habitável também por ele (Jonas, 1995).

Torna-se assim pertinente a consideração das faces positiva e negativa da utopia quer na literatura quer no cinema da contemporaneidade, pela própria força das imagens que uma e outro proporcionam e pelas imagens que essas mesmas imagens despoletam no imaginário do leitor e do espectador e permitem, assim, melhor compreender a utopia do humano que está em jogo em cada produção literária ou cinematográfica.

Nesta perspetiva, o ser humano é o princípio ético de qualquer projeto com vista a um mundo melhor, ele é o último objetivo, a meta e o critério. A dificuldade está, no entanto, no caráter incondicional e na universalidade deste *ethos* (Araújo, 2004, p. 82) em tempo de relativismo cultural e cognitivo, mas também em que emerge a consciência de que “problemas globais precisam de soluções globais” (Harari, 2018, p. 137).

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Joaquim Machado de. Para uma hermenêutica do texto utópico. In Alberto Filipe Araújo e Joaquim Machado Araújo, **Figuras do Imaginário Educacional. Para um Novo Espírito Pedagógico** (pp. 59-118). Lisboa: Edições Piaget, 2004.
- BLOCH, Ernst. **Le Principe Espérance**, I. Trad. de Françoise Wuilmart. Paris: Éditions Gallimard.
- CARVALHO, Adalberto Dias de. **A Contemporaneidade como Utopia**. Porto: Edições Afrontamento, 2000.
- CUNHA, Paulo Ferreira da. **Constituição, Direito e Utopia: Do juríduco-constitucional nas utopias políticas**. Coimbra: Coimbra Editora, 1996.
- JONAS, Hans. **El Principio de Responsabilidad: Ensayo de una ética para la civilización tecnológica**. Int. de Andrés Sanchez Pascual, trad. de Javier María Fernandez Retenaga: Barcelona: Editorial Herder, 1995.
- MORE, Thomas. **De Optimo Reip. Statu deque nova insula Utopia, libellus vere aureus, nec minus salutaris quam festivus...** Présentation du texte original, apparat critique, exégèse, traduction et notes (édition bilingue) par André Prévost. Paris: Nouvelles Éditions Mame, 1978.
- HARARI, Yuval Noah. **21 Lições para o Século XXI**. Amadora: Elsinore, 2018.
- PICO DELLA MIRANDOLA, Giovanni. **Discurso sobre a Dignidade do Homem**. Trad. de Maria de Lurdes Sirgado Ganho. Lisboa: Edições 70, 1989.
- RICOEUR, Paul. **Ideologia e Utopia**. Trad. de Teresa Louro Perez. Lisboa: Edições 70, 1991.
- BUYER, Raymond. **L'Utopie et Les Utopies**. Brionne: Gérard Monfort, 1988.
- WUNENBURGER, Jean-Jacques. **L'Utopie ou la Crise de L'Imaginaire**. Paris: Jean-Pierre Delarge, 1979.
- WUNENBURGER, Jean-Jacques. **A Razão Contraditória. Ciências e Filosofias Modernas**. Trad. de Fernando Tomaz. Lisboa: Edições Piaget, 1995.